

DA ECO 92 AO PROTOCOLO DE KYOTO: DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO COMÉRCIO SUSTENTÁVEL SEGUNDO A OMC.

Regina Maciel Raucci, Prof^a. Dr^a. Jete Jane Fiorati. Ciências Humanas – Direito - Departamento de Direito Público – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A pesquisa realizada pretendeu analisar o vínculo entre a questão do comércio e do meio ambiente no âmbito da OMC, desde sua origem, até o atual estágio dessa relação. Foram analisados também os fatores que contribuíram para a inserção do tema na Organização, e a importância dos foros internacionais e dos documentos que originaram, e a participação da sociedade e das organizações governamentais e não-governamentais no fortalecimento do tema.

O Capítulo 1 analisa a ligação que possui o desenvolvimento sustentável com a Conferência do Rio de Janeiro e também com Protocolo de Kyoto. Estuda-se neste capítulo, e em seus sub-capítulos, a origem e a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável (um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às próprias necessidades); o Protocolo de Kyoto para os países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento; e a questão do efeito estufa e do aquecimento global, foco do Protocolo de Kyoto.

Ademais, estuda-se ainda neste capítulo a questão das tecnologias limpas, isto é, as medidas previstas pelo Protocolo para auxiliar os países signatários – e principalmente os que possuem metas concretas – a cumprirem suas obrigações de redução. Estes mecanismos de flexibilização previstos pelo Protocolo de Kyoto são: o MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), a implementação conjunta e o mercado de créditos de carbono.

No Capítulo 2 foi tratada a questão-tema deste trabalho, qual seja a discussão sobre desenvolvimento sustentável e comércio sustentável no âmbito da OMC. Fez-se um breve histórico sobre a questão do comércio e meio ambiente no GATT e na OMC, e posteriormente examinou-se brevemente a questão da Conferência Ministerial de Doha.

Como se sabe, a OMC é uma organização internacional criada em 1995 como resultado das negociações da Rodada Uruguai do GATT (1986-1994), encarregada de supervisionar o comércio internacional, e não uma agência ambiental. Porém, acompanhando o movimento ambiental que acontecia no mundo (desencadeado pela Conferência de Estocolmo em 1972, considerada por muitos o marco inicial do movimento ecológico) e sua interação com a questão comercial (comércio e meio ambiente), encontra-se na OMC uma preocupação com o tema, e prova disso é a menção que se faz sobre desenvolvimento sustentável no Preâmbulo do Acordo que a constitui, e também como princípio das negociações comerciais conforme a Declaração de Doha.

Com relação à Quarta Conferência Ministerial da OMC realizada em Doha, Catar, os Membros renovaram o compromisso com a saúde e com a proteção do meio ambiente e acordaram em iniciar uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Esta Conferência foi a primeira rodada de negociações no âmbito da OMC pós ECO 92.

O grande problema desta rodada de negociações foi o desentendimento entre os países quanto aos subsídios domésticos. Para os países em desenvolvimento, como o Brasil, a abertura às exportações agrícolas é essencial à sua economia, porém, os subsídios dados às exportações das nações desenvolvidas distorcem o preço dos produtos agrícolas no exterior e tiram a competitividade dos países em desenvolvimento. Segundo a OMC, nos países mais ricos, o total de subsídios nas áreas da agricultura, serviços e indústrias é em média, de US\$ 1 trilhão por ano, sendo o destinado à agricultura de US\$ 360 bilhões por ano.

Conclui-se, em linhas gerais, que o equilíbrio entre as políticas internacionais de comércio e de meio ambiente deve ser pautado no desenvolvimento sustentável, que pode ser alcançado através da criação de um forte sistema multilateral de comércio, que seja livre, previsível, não discriminatório, que promova o desenvolvimento sustentável e não fira as regras e políticas ambientais.

O meio ambiente na lógica do sistema multilateral de comércio deve ser um valor a ser respeitado, porém não de forma absoluta, o que poderia criar obstáculos para o comércio internacional e impedir o crescimento econômico principalmente dos países com economia de transição. É importante ressaltar também, que no que concerne às regras ambientais internacionais, há ainda muito

a se fazer. Tais regras deveriam ser estabelecidas de forma mais harmônica entre os países, uniformizando-se essas normas reguladoras, o que não afetaria de maneira tão intensa os fluxos comerciais.

A disparidade entre as regras ambientais é tamanha que enquanto alguns países possuem normas ambientais extremamente rígidas, outros ainda colaboram com fenômenos como o “dumping ambiental” e os “paraísos de poluição”. Porém, o nivelamento deve ser feito de modo a atender tanto aos interesses dos países desenvolvidos, quanto dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, que precisam inserir-se, cada vez mais, no comércio mundial.

Entende-se necessário o debate sobre o tema comércio e meio ambiente no âmbito da OMC visto sua íntima ligação com variados ramos da ciência jurídica, e também da economia, das relações internacionais e do comércio exterior, dando vazão à interdisciplinaridade do trabalho.

Inserir-se na organização esta temática, principalmente, com o objetivo de melhorar a coerência entre as políticas multilaterais de comércio e as normas ambientais internacionais, fortalecendo-as, mas de maneira que não obstruam o comércio internacional ou que se constituam, indevidamente, em barreiras comerciais.

Referências Bibliográficas

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

BRAGA, Antonio Sergio; MIRANDA, Luiz Camargo. (Orgs.). **Comércio e Meio Ambiente** uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA/SDS, 2002.

CORREA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves. **Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao selo verde.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Editora Max Limonad, 2001.

D’ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Direito ambiental econômico e a ISO 14000: análise jurídica do modelo de gestão ambiental e certificação ISO 14001.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FIORATI, Jete Jane. **Direito do Comércio Internacional: OMC, telecomunicações e estratégia empresarial.** Franca: UNESP-FHDSS, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GOLDEMBERG, José. **Energia Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 2. ed. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KANAS, Vera Sterman. **O Tratamento do Meio Ambiente no Âmbito da organização Mundial do Comércio**. 2004. Tese (Doutorado apresentado ao Departamento de Direito Internacional). Faculdade de Direito da USP, São Paulo.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed.. São Paulo: Malheiros Ed., 2002.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MUNOZ, Heraldo. **A Nova Política Internacional**. 1ª. ed. vol. 2. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1996.

NADER, Adalberto *et al*; AMARAL JUNIOR, Alberto do. (Coord.). **Direito do Comércio Internacional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo (Org.). **Direito Internacional do Comércio: mecanismo de solução de controvérsias e casos concretos na OMC**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. Governo do Estado de São Paulo. **Agenda 21 em São Paulo 1992-2002**. São Paulo: SMA, 2002.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito Ambiental Internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002.

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades**. São Paulo: Atlas, 2001.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2.ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Econômico Ambiental**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003.

Periódicos:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Teses apresentadas. Antonio Herman Benjamim (Org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

GOLDEMBERG, Jose. **Mudanças Climáticas e Desenvolvimento**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, vol. 14. n. 39. p. 77-100. 2000. Quadrimestral.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Desenvolvimento Sustentável do Brasil e o Protocolo de Kyoto**. Revista de Direito Ambiental n. 37

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente**. Revista de Direito Ambiental n. 34.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Organização Mundial do Comércio**: uma ameaça à soberania estatal?. Anuário Direito e Globalização. Rio de Janeiro, v. 1, p. 99-112, 1999.

SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **A Terra na Estufa**. Edição Especial. nº. 12. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda..

Bolsa: CNPq/PIBIC